

EDITAL DE LICITAÇÃO

CARTA CONVITE Nº 001/2011.

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO – ESTADO DE MATO GROSSO, por sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela portaria Nº. 001/2011 de 03.01.2011 torna público, para conhecimento dos interessados, que às **09h00min do dia 13 de Janeiro de 2011** na sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura Municipal de Diamantino, sito a Rua Des. Joaquim P. F. Mendes, nº 2341, Bairro Jardim Eldorado, nesta cidade, será realizada a licitação na modalidade **CARTA CONVITE**, na forma de execução indireta, no regime de EMPREITADA por **PREÇO GLOBAL, do tipo MENOR PREÇO**, em conformidade com o que determina a Lei n 8.666/93 e demais normas legais pertinentes e as condições do presente edital e seus anexos.

DA ABERTURA

A entrega e abertura dos envelopes com **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e as **PROPOSTAS DE PREÇOS**, serão recebidos em sessão pública no dia **13.01.2011**, às **09h00min**, na sala da CPL, Vedada à remessa via postal.

Não havendo expediente na data marcada, ficará a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo horário e local, salvo disposição em contrário

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação na modalidade de Carta Convite, tem por objeto execução indireta em regime de empreitada por preço global para contratação de empresa para obra de Pavimentação em Pedras Irregulares (Calçamento) nas Ruas J. K., Rua Progresso, Rua Bandeirantes e Rua Vitória Régia, todas no Bairro Buriti, cujo processo e julgamento serão realizados de acordo com os preceitos da supra referida Lei.

Integram o presente Edital, além do Memorial Descritivo, as plantas e projetos, a planilha quantitativa e orçamentária e o cronograma físico financeiro, e em obediência aos projetos e as Normas da ABNT e do CREA.

2. DA FONTE DE RECURSOS

2.1. O objeto deste Convite será pago com recursos próprios, qual seja:

- I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Obras Viação e Serviços Públicos
- II – Projeto Atividade: 1035 – Pavim. de Ruas e Av., calç. em paralelep. e meios fios
- III – Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00.00.00.0090.0 Obras e instalações
- IV – Fonte de Recursos: Próprio

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

3.1. Respeitadas as demais condições legais e as constantes deste Edital, poderão participar da presente licitação empresas brasileiras que atuam no ramo objeto desta licitação;

3.1.1 Atendam às condições deste EDITAL e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartórios de Notas e Ofícios competente, ou por servidor da CPL, à vista dos originais;

3.1.2. Tenham obtido até o 3º (terceiro) dia anterior à data marcada para a entrega dos Documentos de Habilitação e Propostas de Preços, o Atestado de Visita ao local das obras, por profissionais que atendam o exigido no item 5.2.3.2, a ser fornecido pela Secretaria de Obras, Viação e Serviços Públicos, setor de engenharia;

3.1.3 não tenham sido declaradas inidôneas ou suspensas para participar de licitação, por qualquer órgão da administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;

3.1.4 não estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

3.1.5 tenham cumprido, integralmente, contratos anteriormente firmados ou que, embora ainda vigentes, se encontrem inadimplentes com qualquer das obrigações assumidas, quer com o Município de Diamantino, quer com outros órgãos e entidades públicas.

3.2 É vedada a participação de consórcio ou grupo de empresas.

3.3 Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS COMERCIAIS

4.1. Os Documentos de Habilitação, em 01 (uma) via, deverão ser apresentados conforme disposto no item 5.1, adiante. As Propostas de Preços, em 02 (duas) vias, deverão ser entregues datilografados/digitados. Ambos deverão estar separados, contidos em invólucros opacos e fechados com cola e/ou de forma tal que torne detectável qualquer intento de violação de seu conteúdo, estes trazendo na face o seguinte sobrescrito, respectivamente:

4.1.1. ENVELOPE 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CARTA CONVITE Nº 001/2011.

“Pavimentação em Pedras Irregulares (Calçamento) nas Ruas J. K., Rua Progresso, Rua Bandeirantes e Rua Vitória Régia, todas no Bairro Buriti,”.

ENVELOPE 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
NOME DO LICITANTE
CNPJ DO LICITANTE

4.1.2. ENVELOPE 02 - PROPOSTAS DE PREÇOS

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CARTA CONVITE Nº 001/2011.

“Pavimentação em Pedras Irregulares (Calçamento) nas Ruas J. K., Rua Progresso, Rua Bandeirantes e Rua Vitória Régia, todas no Bairro Buriti,”.

ENVELOPE 02 - PROPOSTAS DE PREÇOS
NOME DO LICITANTE
CNPJ DO LICITANTE

4.2. É obrigatória a assinatura de quem de direito da PROPONENTE na PROPOSTA DE PREÇO.

4.3. Os Documentos de Habilitação e as Propostas de Preços deverão ser apresentados por preposto da LICITANTE com poderes de representação legal, através de procuração pública ou particular com firma reconhecida. A não apresentação não implicará em inabilitação, no entanto, o representante não poderá pronunciar-se em nome da LICITANTE, salvo se estiver sendo representada por um de seus dirigentes, que comprove tal condição através de documento legal.

5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE 01.

5.1. Os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados da seguinte forma:

- a) Em originais ou publicação em Órgão Oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório ou por qualquer membro da CPL, exceto para a garantia, quando houver, cujo documento comprobatório deverá ser exibido exclusivamente em original;
- b) Dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese do documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua emissão;
- c) Rubricados e numerados seqüencialmente, da primeira à última página, de modo a refletir seu número exato;

5.2. Os Documentos de Habilitação consistirão de:

5.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.2.1.1. Cédula de Identidade, do(s) responsável (is) legal(is) da empresa;

5.2.1.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

5.2.1.3. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedade Comercial e, no caso de Sociedade por Ações, deverá também ser apresentado documento de eleição de seus administradores atuais;

5.2.1.4. Inscrição do Ato Constitutivo que, no caso de Sociedade Civil, deverá ser acompanhado de documentação de identificação da diretoria em exercício;

5.2.1.5. Procuração por instrumento público, comprovando a delegação de poderes para assinatura dos documentos integrantes da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e da PROPOSTA COMERCIAL, quando estas não forem assinadas por Diretor ou gerente da empresa.

5.2.2. REGULARIDADE FISCAL

5.2.2.1. Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ);

5.2.2.2 Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela prefeitura do respectivo domicílio tributário;

5.2.2.3 Certidão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), podendo ser retirada no site www.caixa.gov.br;

5.2.2.4 Certidão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), podendo ser retirada no site www.inss.gov.br;

5.2.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.2.3.1. Certidão de registro da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (CREA).

5.2.3.2. Comprovação através da Certidão do CREA, de a licitante possuir, como Responsável (is) Técnico(s), na data prevista para entrega das propostas, profissional (is) de nível superior, reconhecido(s) pelo CREA.

5.2.3.3. Atestado de visita ao local das obras fornecido pela Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos, conforme previsto no subitem 3.1.2 deste Edital.

6. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS - ENVELOPE 02

- 6.1. As Propostas de Preços conterão, no mínimo:
 - 6.1.1. Nome da empresa proponente, endereço e número de inscrição no CNPJ.
 - 6.1.2. Validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias.
 - 6.1.3. Preço global, expressos em reais.
 - 6.1.4. Assinatura do representante legal.
 - 6.1.5. Todas as folhas deverão estar rubricadas
- 6.2. Acompanharão obrigatoriamente as Propostas Comerciais, como partes integrantes da mesma, os seguintes anexos, os quais deverão conter o nome da licitante, a assinatura e o título profissional do engenheiro que os elaborou, e o número da Carteira do CREA desse profissional:
 - 6.2.1. Planilha de Orçamento, contendo preços unitários e totais de todos os itens da obra constantes do ANEXO III - PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS;
 - 6.2.2. Na elaboração da Proposta de Preços, o licitante deverá observar as seguintes condições: Os preços unitários propostos para cada item constante da Planilha de Orçamento deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, tais como: materiais, custo horário de utilização de equipamentos, mão-de-obra, encargos sociais, impostos/taxas, despesas administrativas, transportes, despesas para atender à sinalização da obra exigida pela fiscalização, seguros e lucro.
- 6.3. Correrão por conta da licitante vencedora todos os custos que porventura deixar de explicitar em sua proposta.

7. DO PROCEDIMENTO

- 7.1. Os trabalhos da sessão pública para recebimento dos Documentos de Habilitação e Propostas Comerciais obedecerão aos trâmites estabelecidos nos subitens seguintes:
 - 7.1.1. Na presença das Proponentes e demais presentes à sessão, a Comissão receberá os invólucros devidamente fechados e lacrados, contendo os Documentos de Habilitação e as Propostas de Preços;
 - 7.1.2. Para a boa conduta dos trabalhos, cada Licitante poderá se fazer representar por, no máximo, 01 (uma) pessoa;
 - 7.1.3. Os membros da Comissão e representantes das Licitantes, examinarão e rubricarão todas as folhas dos Documentos de Habilitação e Propostas de Preços apresentados, por ocasião das respectivas aberturas;
 - 7.1.4. Recebidos os envelopes: 01 – Documentos de Habilitação e 02 - Propostas de Preços, proceder-se-á a abertura daqueles referentes à documentação de habilitação;
 - 7.1.5. A Comissão poderá, ao seu exclusivo critério, proclamar, na mesma sessão, o resultado da habilitação, ou convocar outra para esse fim, ficando cientificados os interessados;
 - 7.1.6. Proclamado o resultado da habilitação, e decorrido o prazo para interposição de recurso e julgamento dos que porventura houver, ou no caso de renúncia do direito recursal, a Comissão procederá à abertura das Propostas de Preços das Licitantes habilitadas;
 - 7.1.7. A Comissão devolverá os envelopes de Propostas de Preços às Licitantes inabilitadas, se não houver recursos ou, se houver, após sua denegação.
- 7.2. Após a entrega dos invólucros contendo os Documentos de Habilitação e das Propostas de Preços, nenhum documento adicional será aceito ou considerado no julgamento, e nem serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações.

7.2.1. É facultado à Comissão, de ofício ou mediante requerimento do interessado, em qualquer fase da licitação realizar diligências, destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7.3. De cada sessão realizada será lavrada a respectiva ata circunstanciada, a qual será assinada pela Comissão e por representantes das Licitantes.

7.4. O resultado de julgamento final da Licitação será comunicado na mesma sessão ou posteriormente através de notificação aos interessados, e publicação na imprensa Oficial.

8. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

A – AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE 01

8.1. A habilitação será julgada com base nos Documentos de Habilitação apresentados, observadas as exigências do edital e às pertinentes a Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Qualificação Técnica e à Qualificação Econômica e Financeira.

8.2. Serão habilitadas as licitantes que atenderem a todas as exigências previstas no edital;

B – AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS – ENVELOPE 02

8.3. Serão desclassificadas as Propostas que apresentarem:

- a) Condições ilegais, omissões, erros e divergência ou conflito com as exigências deste Edital;
- b) Proposta em função da oferta de outro competidor na licitação;
- c) Preços unitários simbólicos ou irrisórios, havidos assim como aquele incompatível com os preços praticados no mercado, conforme a Lei 8.666/93 e suas alterações;
- d) Preço excessivo, assim entendido como aquele superior a R\$ 146.016,89 (Cento e quarenta e seis mil, dezesseis reais e oitenta e nove centavos);
- e) Preços inexequíveis na forma do Art. 48 da Lei 8.666/93 e suas alterações;
- e) Contiver emendas, borrões e rasuras.

8.4. Na proposta prevalecerão, em caso de discordância entre os valores numéricos e por extenso, estes últimos.

8.5. Os erros de soma e/ou multiplicação, bem como o valor total proposto, eventualmente configurados nas Propostas Comerciais das PROPONENTES, serão devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, como motivo para desclassificação da proposta.

8.6. Havendo igualdade entre 2 (duas) ou mais propostas, a classificação far-se-á por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, de acordo com o § 2º. Art. 45 da Lei 8.666/93.

8.7. Será declarada vencedora a proposta de Menor Preço Global entre as Licitantes classificadas.

8.8 Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a CPL poderá conceder às licitantes o prazo de 03 (tres) dias úteis para apresentação de nova documentação ou proposta escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou a desclassificação.

9. DA ADJUDICAÇÃO

9.1. O objeto da licitação será adjudicado à licitante da proposta vencedora, mediante contrato a ser firmado entre este e o CONTRATANTE. O adjudicatário tem o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura do contrato, contado da data de sua convocação para esse fim.

9.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários à execução das obras, até os limites previstos em lei.

10. DOS PRAZOS

10.1. As obras objeto desta licitação deverão ser executadas e concluídas dentro do prazo Máximo de 90 (Noventa) dias, contados a partir do recebimento da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

10.2. As liberações das Ordens de Serviços serão efetuadas de acordo com o cronograma de realização, ficando a cargo do Contratante a definição das prioridades.

10.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pelo Município de Diamantino, não serão considerados como inadimplemento contratual.

11. DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

11.1. Os preços a serem praticados serão os de oferta em proposta;

11.2. Os preços são firmes e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação das propostas.

11.3 – Havendo necessidade de reajustar os preços estes serão feitos pela variação dos índices setoriais compatíveis com os serviços da licitação constantes da revista "CONJUNTURA ECONOMICA", editada pela Fundação Getúlio Vargas.

11.3.1. No cálculo dos reajustes se utilizará a seguinte fórmula:

, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual dos serviços a serem reajustados;

I_0 = Índice inicial - refere-se a data de apresentação da proposta

I = Índice final - refere-se ao mês de aniversário anual da data de apresentação da proposta.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 – As medições deverão ser elaboradas pela contratada, de comum acordo com a fiscalização e entregues ao Município de Diamantino, até o antepenúltimo dia útil do mês. Para isso, devem ser considerados os serviços executados somente até o terceiro dia anterior a esta data da entrega.

12.2. A CONTRATADA se obriga a apresentar junto à fatura dos serviços prestados, cópia da quitação das seguintes obrigações patronais referente ao mês anterior ao do pagamento:

- a) Recolhimento das contribuições devidas ao INSS (parte do empregador e parte do empregado), relativas aos empregados envolvidos na execução do objeto deste instrumento;
- b) Recolhimento do FGTS, relativo aos empregados referidos na alínea superior;
- c) Comprovante de recolhimento do PIS e ISS, quando for o caso, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recolhimento destes encargos.

12.3. O pagamento de cada fatura dependerá da apresentação dos documentos e quitações acima referidos.

12.4 O pagamento dos serviços será efetuado até o 30º (trigésimo) dia seguinte ao dia da apresentação da fatura.

13. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DA OBRA

13.1. A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

- a) Recrutar elementos habilitados e com experiência comprovada fornecendo à CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica;
- b) Executar a obra através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo o CONTRATANTE solicitar a substituição daqueles, cuja conduta seja julgada inconveniente;
- c) Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;
- d) Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção da obra, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;
- e) Responder perante o CONTRATANTE, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;
- f) Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do CONTRATO, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do CONTRATO;
- g) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade do CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que, a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere ao CONTRATANTE;
- h) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;
- i) Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;

j) Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

k) Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;

l) Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;

m) Manter durante toda a execução da obra, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DE EXECUÇÃO DA OBRA

14.1. A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer aos requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

a) Prestar os serviços de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, e em obediência aos projetos e as Normas da ABNT.

b) Atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas internacionais pertinentes ao objeto contratado;

c) Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;

15. DAS SUBCONTRATAÇÕES

15.1. Serão aceitas subcontratações de outros bens e serviços para o fornecimento do objeto desta licitação. Contudo, em qualquer situação, a proponente vencedora é a única e integral responsável pelo fornecimento global do objeto.

15.2. Em hipótese nenhuma haverá relacionamento contratual ou legal da CONTRATANTE com os subcontratados.

15.3. A CONTRATANTE reserva-se o direito de vetar a utilização de subcontratadas por razões técnicas ou administrativas.

16. DO RECEBIMENTO DA OBRA

16.1. O recebimento da obra será feito por equipe ou comissão técnica, constituída pelo CONTRATANTE, para esse fim.

16.2. O objeto deste contrato será recebido:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 10 (dez) dias da comunicação escrita da CONTRATADA;

b) Definitivamente, pela equipe ou comissão técnica, mediante “Termo de Entrega e Recebimento dos Serviços”, circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei nº 8666/93.

16.3. A devolução da garantia estabelecida no subitem 9.2 será feita após o recebimento definitivo do serviço, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes e apresentação das baixas ao INSS e no CREA, referente à matrícula do serviço.

16.4. Para efeito da devolução de que trata o subitem anterior, a garantia prestada pelo licitante, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

17. DAS SANÇÕES

17.1. Caso a licitante adjudicatária se recuse a assinar o contrato ou convidada a fazê-lo não atenda no prazo fixado, garantida prévia e fundamentada defesa, será considerada inadimplente e estará sujeita às seguintes cominações:

17.1.2. Multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da sua proposta.

17.2. Independente das sanções civis e penais previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações serão aplicadas à CONTRATADA multas de:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do contrato e rescisão do pacto, a critério do CONTRATANTE, em caso de atraso dos serviços superior a 30 (trinta) dias.

17.3. As multas aplicadas serão descontadas ex-officio de qualquer crédito existente da contratada.

18 - DA RESCISÃO

18.1. A CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato, independente de Interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:

a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da CONTRATADA;

b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;

c) O conhecimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da CONTRATADA;

d) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 78 do Estatuto das Licitações;

e) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

19. DAS DEMAIS CONDIÇÕES

19.1. A apresentação da proposta implica na aceitação plena das condições estabelecidas nesta Concorrência.

19.2. É reservado ao CONTRATANTE o direito de anular ou revogar esta licitação sem que tal ato gere qualquer indenização ao participante.

19.3. Das decisões proferidas pela CPL, caberão recursos nos prazos e condições estabelecidos no art. 109, da Lei Federal nº. 8.666/93.

19.4. Os recursos deverão ser dirigidos ao Prefeito Municipal, através da CPL, interpostos mediante petição datilografada, devidamente arazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente, que comprovará sua condição como tal.

19.5. Os recursos deverão ser entregues a CPL no prazo legal, não sendo conhecidos os interpostos fora dele.

19.6. Os casos omissos e eventuais esclarecimentos adicionais a este Edital e seus anexos, bem como consulta aos mesmos, poderão ser obtidos, diretamente junto a Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura, sito à Rua Des. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2.341, em Diamantino/MT, no horário de 13:30 às 17:30 horas, através do telefone (065) 3336-1466, até 03 (três) dias anterior à data de entrega dos Documentos de Habilitação e das Propostas de Preços.

19.7. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Diamantino-MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.8. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

- 1) Anexo I – Minuta do Contrato;
- 2) Anexo II – Modelo de Declaração nos termos do inciso XXXIII Artigo 7º da CF;
- 3) Anexo III – Planilha de Preços
- 4) Anexo IV – Cronograma Físico Financeiro;
- 5) Anexo V - Projetos;

Diamantino/MT, 06 de Janeiro de 2011.

ANDRÉ WIRGUES NETO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações